

MATERIAL DE PREPARAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA RESPONSABILIDADE CRISTÃ NO PERÍODO ELEITORAL

Este material busca apoiar a reflexão neste momento eleitoral, ajudando as pessoas a discernir os discursos e atitudes das pessoas que se apresentam como candidatas aos diversos níveis de governo. Mas também quer ser uma contribuição da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil para capacitar melhor as pessoas cristãs na participação política que constrói uma sociedade autenticamente democrática, na qual a participação política seja instrumento do serviço/poder que promove libertação.

Membros da Comissão de Incidência Pública, Direitos Humanos e Combate ao Racismo

Sr. Daniel Souza, Diocese Anglicana de São Paulo/SP

Bispo Humberto Maiztegui, Diocese Meridional, Porto Alegre/RS

Revda. Lilian Conceição da Silva, Diocese Anglicana do Recife/PE

Rev. Luiz Carlos Gabas, Diocese Anglicana do Paraná

Sr. Pedro Montenegro, Diocese Anglicana de Brasília/DF

EVANGELHO E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: SERVIÇO/PODER QUE PROMOVE LIBERTAÇÃO

COLETA PELA JUSTIÇA SOCIAL *(p. 535 do Livro de Oração Comum)*

Pai e Mãe de todas as pessoas,
olha com piedade para quem não tem lar,
ou vive em situação precária.
Transforma-nos em agentes de igualdade,
para que posysamos trabalhar pela transformação
das estruturas injustas deste mundo,
onde algumas pessoas têm tanto e outras têm tão pouco.
Infunde em nós a vontade de lutar e trabalhar
para a construção de um mundo novo
à semelhança do Reino de Teu Filho,
Jesus Cristo, nosso Senhor. **AMÉM.**

Nos tempos de Jesus, no século I da Era Cristã, não existia democracia como a entendemos hoje. Embora na Grécia houve um tipo de democracia onde participavam apenas os homens, adultos e livres (sem considerar as riquezas), e que depois no Império Romano se estabeleceu uma democracia semelhante dentro do conceito de “república” (de “res” “pública” ou coisa-pública), os Evangelhos não consideram esta possibilidade como forma de governo, mas, de forma genérica, Jesus faz uma dura crítica aos governos da época, estabelecendo um novo tipo de relação de exercício de poder entre as pessoas que lhe seguem:

Jesus os chamou e disse: “Vocês sabem que aqueles que são considerados governantes das nações as dominam, e as pessoas importantes exercem poder sobre elas. Não será assim entre vocês. Pelo contrário, quem quiser tornar-se importante entre vocês deverá ser servo; e quem quiser ser o primeiro deverá ser servo de todos. (Marcos 10:42-44).

Nas monarquias quem governa é “senhor” e as pessoas governadas são “súbditas”. Portanto, é o povo súbdito (abaixo) que deve servir ao monarca (quem exerce o poder sozinho). Na democracia se estabelecem relações que vão além do “governo” - que deve ser exercido por pessoas a serviço deste povo. Segundo Alfonso da Silva: a democracia “é um processo de convivência social em que o poder emana do povo, há de ser exercido direta ou indiretamente pelo povo e em proveito do povo” (José Alfonso da Silva em sua obra “Poder Constituinte e Poder Popular”, p.45).

Até o momento a democracia é a melhor forma de convivência encontrada pela humanidade, pois busca promover relações de serviço mútuas e para o bem comum. Desta forma as democracias, através de seus ordenamentos jurídicos e legais, estabelecem direitos e deveres que deveriam “igualar” o acesso de todas as pessoas ao exercício do poder e aos benefícios gerados pelo trabalho e riquezas naturais que se encontram dentro do território ocupado por esse povo, nação ou república. Este exercício chama-se “soberania”. Assim, dentro de um regime democrático o povo, através de seus princípios constitucionais (que o definem como nação), exerce a soberania nacional.

Mas, isso não significa que as expressões práticas ou históricas de democracia consigam realmente atingir este objetivo. Há muitas formas de “democracia”, algumas das quais convivem com formas de “monarquia” ou que se constituem como “aristocracia” (governo de uma elite que condiciona o bem social ao seu próprio bem estar),

ou “oligarquia” (governo de algumas pessoas). Esta diversidade de formas de exercer a democracia faz com que os sistemas que se dizem “democráticos” possam ser questionados ou criticados no sentido de até que ponto são realmente “democráticos”.

Quando nos Evangelhos Jesus critica profeticamente a forma em que “os que dizem governantes entre as nações as dominam” – certamente tendo como exemplo o Império Romano e seus aliados – está dizendo que o poder político não deve ser usado para estabelecer um “domínio”, mas para ajudar, servir, todas as pessoas.

Este “domínio” é por natureza “antidemocrático”, porque não considera a vontade das pessoas, mas impõe a vontade de quem “domina” sobre o resto das pessoas que são “dominadas”. Ao que Jesus diz claramente “Não será assim entre vocês”. A esta forma de relação é contraposta a forma do “serviço” ou, em grego, “diaconia”. Então, podemos dizer que a democracia, para estar de acordo com a proposta do Evangelho, deveria ser uma “democracia diaconal”.

Não basta dar um voto que escolha dentro dos partidos políticos pessoas que nos representam conforme o programa, o projeto de cada coletividade política e conforme os compromissos que afirmam ter no tempo de campanha eleitoral.

Para que a democracia esteja a serviço do povo se faz necessário estabelecer formas de participação, controle, pressão política, construção democrática – entre outras – que, em seu conjunto, consideramos como o exercício da cidadania com direitos e deveres.

Portanto, em uma democracia de serviço, todas as pessoas devem participar servindo ao bem de todas as outras pessoas, não apenas a si mesmas. Isto chama-se exercício da cidadania ou participação política. Uma democracia de serviço/poder, e não o inverso. Ou seja,

uma democracia na qual o exercício do serviço promova libertação para as pessoas.

Em um Estado Democrático de Direito não pode haver pessoas “políticas” e outras “eleitoras”, mas todas devem participar na política em diferentes níveis, atribuições e responsabilidades. Dentro de uma democracia o dever de todas as pessoas é garantir que o Estado respeite os direitos de todas as outras as pessoas. Quando isto se quebra acontece o que Jesus constatou no Evangelho: os governantes das nações as dominam, e as pessoas importantes exercem poder sobre elas.

SUGESTÃO PARA REFLEXÃO

- Como podemos participar da política através da reflexão que não seja condicionada apenas pela propaganda da grande mídia?
- Você se lembra em quem você votou nas últimas eleições estaduais e federais? Acompanhou a atuação dessas pessoas durante o mandato assumido?

2º Encontro

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO DA IEAB E DAS CINCO MARCAS DA MISSÃO NA COMUNHÃO ANGLICANA

COLETA PELA JUSTIÇA SOCIAL *(p. 535 do Livro de Oração Comum)*

Justiça triunfante,
que sopras sobre todas as nações,
quebrando barreiras e dissipando divisões,
nós de rogamos que nos conceda a coragem para lutar
em prol das minorias étnicas, religiosas,
de gênero e orientação sexual,
a fim de que toda criatura na face desta terra
tenha direito à vida plena
que Jesus Cristo proclamou. **AMÉM.**

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, é a 19ª Província da Comunhão Anglicana e se define a partir de um conjunto de normas, sendo que a mais importante a “Constituição da IEAB” (disponível em <http://dapar.org/wp-content/uploads/2017/03/Constituic%CC%A7a%CC%83o-2016-.pdf>). Neste Documento constitutivo da IEAB, encontramos os seguintes princípios:

- I – a unidade de todas as pessoas cristãs;
- II – a solidariedade;

- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – a fraternidade;
- V – a integridade da criação divina;
- VI – o respeito à pluralidade religiosa;
- VII - a inclusividade;
- VIII – a promoção e a garantia dos Direitos Humanos.

Vamos analisar rapidamente como estes princípios têm a ver com a participação política e quais as bases que encontram nos Evangelhos:

I - Unidade de todas as pessoas cristãs e o respeito à pluralidade religiosa

Nos últimos tempos o contexto político brasileiro está sendo caracterizado pela participação das chamadas “bancadas”. Estas pessoas agem na política tirando vantagens para seus grupos de interesse, entre eles algumas “igrejas”. Em nome de um posicionamento “cristão” se fazem discursos no espaço público e democrático atacando ou desrespeitando outras pessoas, especialmente no que se refere ao gênero e orientação sexual, ou na defesa dos “Direitos Humanos” em geral. Contra isto sempre existiu o princípio do ESTADO LAICO. A Constituição de 1988, dentro do capítulo chamado de “Direitos e Garantias Fundamentais – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos” estabelece no inciso VI, que: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Este princípio constitucional e democrático é violado quando se apresentam interpretações particulares das Sagradas Escrituras, ou apenas de uma tradição religiosa cristã, como se fossem princípios legais para toda a sociedade que, obviamente, não é composta

apenas por pessoas cristãs, nem é obrigada a partilhar desta o daquela interpretação bíblica. Assim a fé cristã é usada como forma de dominação, exclusão e perseguição.

Não há problemas em que Igrejas e outras Tradições Religiosas, tenham seus princípios, nem que as pessoas afirmem agir a partir dos mesmos, sempre e quando estes princípios estejam a serviço da construção de uma sociedade onde todas as pessoas sejam igualmente respeitadas em seus direitos e dignidade como cidadãos.

II-VIII – Solidariedade, Dignidade da pessoa humana, fraternidade, inclusividade e promoção e garantia dos Direitos Humanos

No capítulo 25 do Evangelho segundo Mateus, Jesus é apresentado como juiz, e ali estabelece o critério do serviço como princípio de julgamento ou discernimento da vida cristã, dizendo:

Porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; estava nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e foste me ver [...]. Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes. (Mateus 25.35-36,40b).

Este conjunto de princípios da Constituição da IEAB tem a ver com atitude diante das pessoas excluídas. Excluídas porque estão em um país e cultura que lhes discrimina por sua origem étnica, cultural ou religiosa. Excluídas porque não tem um teto que lhes ofereça a segurança de um “lar” onde se desenvolvam como pessoas e famílias. Excluídas porque estão doentes ou limitadas em sua autonomia como seres humanos e são abandonadas. Excluídas porque estão presas – sem importar a causa – em um sistema que não lhes oferece nenhuma alternativa de vida.

Outro texto dos Evangelhos que inclui estas situações de sofrimento e exclusão é aquele no qual Jesus define sua Missão, no capítulo 4º do Evangelho segundo Lucas, falando para as pessoas da sua própria terra na Sinagoga de Nazaré:

O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para pregar boas novas aos pobres. Ele me enviou para proclamar liberdade aos presos e recuperação da vista aos cegos, para libertar os oprimidos e proclamar o ano da graça do Senhor. (Lucas 4.18,19).

A primeira frase deste texto, que é citação de Isaías 61.1-3, diz que a “Boa Nova” é para as pessoas pobres. Pobres são todas as pessoas excluídas, que no mesmo evangelho são contrapostas diversas vezes as pessoas ricas egoístas (Lucas 6.20,24; 16.18-21,25). Para as presas se propõe liberdade (superando o processo de exclusão que as levou à prisão), para as cegas (que não veem o que acontece ao seu redor, a vista, isto é a consciência e o conhecimento), para todas as oprimidas (que sofrem pela dominação de outras pessoas) é oferecida a libertação das estruturas (correntes) que as oprimem, para todas as pessoas o ano da grande partilha, onde tudo será para o bem de todas as pessoas (ano de Graça, conforme Levítico 25).

Na Carta aos Gálatas e Colossenses é citado outro princípio da Igreja Cristã dos primeiros tempos, pelo qual as diferenças entre as pessoas não podem ser usadas como mecanismo de exclusão: “Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus” (Gálatas 3.28). “Nessa nova vida já não há diferença entre grego e judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro e cita, escravo e livre, mas Cristo é tudo e está em todos” (Colossenses 3.11). Estes textos, entre outros que poderíamos citar, servem de base para entender de onde vêm os princípios da solidariedade, dignidade da pessoa humana, fraternidade, inclusividade e promoção e garantia dos Direitos Humanos.

A participação democrática da pessoa cristã deve ser pautada por estes princípios, não apenas na ação pessoal, mas no discernimento de discursos e atitudes promovidas por candidatos, candidatas, ou partidos que não promovem a discriminação, o preconceito, a exclusão, e a violência contra outras pessoas.

Outra questão a ser considerada é a proposta do uso dos bens públicos e recursos naturais em benefício do enriquecimento de um pequeno grupo de pessoas ou corporações, em detrimento do bem estar de toda a sociedade, em especial das pessoas pobres e excluídas. A mensagem do Evangelho deixa bem claro que nem sempre o enriquecimento das pessoas mais ricas corresponde ao bem estar das mais pobres. Vejam o que afirma a Carta de Tiago:

Ouçam agora vocês, ricos! Chorem e lamentem-se, tendo em vista a miséria que lhes sobrevirá. A riqueza de vocês apodreceu, e as traças corroeram as suas roupas. O ouro e a prata de vocês enferrujaram, e a ferrugem deles testemunhará contra vocês e como fogo lhes devorará a carne. Vocês acumularam bens nestes últimos dias. Vejam, o salário dos trabalhadores que ceifaram os seus campos, e que por vocês foi retido com fraude, está clamando contra vocês. O lamento dos ceifeiros chegou aos ouvidos do Senhor dos Exércitos. (Tiago 5.1-4).

Negar o salário da classe trabalhadora é remunerar seu trabalho abaixo do que é necessário para viver com dignidade. Quando o salário é diminuído as pessoas trabalhadoras é que pagam com sua dignidade pelas crises econômicas, e pela competitividade, enquanto o lucro dos donos de Bancos e grandes empresas só aumenta. A Constituição de 1988 diz o seguinte sobre o salário mínimo:

O salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com

moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (Art. 7º, Inciso IV).

Sendo assim qualquer salário que não cumpra com estas exigências é inconstitucional e indigno das pessoas que trabalham neste país. Enquanto isso o Brasil, uma das maiores economias do mundo (isto é, tendo muitas riquezas circulando) tem uma das piores distribuições de renda do mundo! Isso significa que as pessoas ricas cada vez se enriquecem mais, e as pobres cada vez se empobrecem mais.

O Livro de Apocalipse descreve, entre outros aspectos da dominação, a forma de exploração econômica imposta pelo Império Romano no final do primeiro século depois de Cristo. Já naquela época era possível perceber que as riquezas concentradas nas mãos de poucas pessoas davam sustentabilidade à política de domínio e morte deste Império descrito como “a grande Babilônia”, dizendo: “Os reis da terra se prostituíram com ela; à custa do seu luxo excessivo os negociantes da terra se enriqueceram” (Apocalipse 18.3b). E de forma ainda clara, defende um tempo em que esta forma de dominação econômica finalmente acabe:

Os negociantes da terra chorarão e se lamentarão por causa dela, porque ninguém mais compra a sua mercadoria: artigos como ouro, prata, pedras preciosas e pérolas; linho fino, púrpura, seda e tecido vermelho; todo tipo de madeira de cedro e peças de marfim, madeira preciosa, bronze, ferro e mármore; canela e outras especiarias, incenso, mirra e perfumes, vinho e azeite de oliva; farinha fina e trigo, bois e ovelhas, cavalos e carruagens, e corpos e almas de seres humanos. Eles dirão: ‘Foram-se as frutas que tanto lhe apeteciam! Todas as suas riquezas e todo o seu esplendor se desvaneceram; nunca mais serão recuperados’. Os negociantes dessas coisas, que

enriqueceram à custa dela, ficarão de longe, amedrontados com o tormento dela, e chorarão e se lamentarão (Apocalipse 18,11-15).

Este é o “mercado” que é tratado como algo “impessoal” e “inevitável”, mas que na verdade é a forma de expressar os interesses das elites econômicas que se enriquecem com a desigualdade e baixa remuneração do trabalho (quando não do trabalho escravo). Portanto, as propostas econômicas que fortaleçam este tipo de relação de lucro através da exploração da mão de obra popular são inaceitáveis, tanto para o Evangelho, quanto para os princípios postulados na Constituição de 1988 e na Constituição da IEAB.

Nossa responsabilidade cristã, enquanto pessoas anglicanas, deve refletir os princípios apresentados, corporificando as marcas missionárias do nosso jeito de ser igreja:

CINCO MARCAS DA MISSÃO

(Conselho Consultivo Anglicano e Conferência de Lambeth, 1984-1990)

- 1.** Testemunhar para todo o povo o amor de Cristo, que reconcilia, salva e perdoa;
- 2.** Construir comunidades de fé acolhedoras, celebrativas e transformadoras;
- 3.** Ter solidariedade com as pessoas pobres e necessitadas;
- 4.** Desafiar (enfrentar) a injustiça, a opressão e a violência;
- 5.** Proteger, preservar e renovar a vida em nosso planeta.

SUGESTÃO PARA REFLEXÃO

- Quais propostas de governo se aproximam mais destes princípios e por quê?
- Quando se diz que “o mercado” apoia mais esta ou aquela candidatura, quais interesses está defendendo?

3º Encontro

DESIGUALDADES, VIOLÊNCIA, CORRUPÇÃO X RESPONSABILIDADE CRISTÃ NA VIDA POLÍTICA (1ª parte)

COLETA PELA JUSTIÇA SOCIAL (p. 535 do Livro de Oração Comum)

Deus de maternal amor,
sopro de justiça,
socorre tuas filhas que sofrem em relacionamentos de abuso,
violência doméstica, desamor, preconceito e assédio.
Implementa na tua Igreja a flama do Santo Espírito,
para que, como ventania,
sobre nossos corações,
converta nossos caminhos,
nos encha de coragem para a luta
e derrube as estruturas patriarcais
que dividem as pessoas por gênero.
É o que te pedimos em nome de Jesus Cristo,
em quem não há homem nem mulher,
mas pessoas, à imagem e semelhança de Deus. **AMÉM.**

Um canto ecumênico que cantamos há décadas em nossa igreja apresenta a responsabilidade cristã diante da realidade desigual assim:

QUE ESTOU FAZENDO? *(João Dias de Araújo e Décio Lauretti)*

Que estou fazendo se sou cristão,
Se Cristo deu-me o seu perdão?
Há muitos pobres sem lar, sem pão,
Há muitas vidas sem salvação.
Mas Cristo veio prá nos remir
(O homem todo, sem dividir);
Não só a alma do mau salvar,
Também o corpo ressuscitar.

Há muita fome no meu país,
Há tanta gente que é infeliz,
Há criancinhas que vão morrer,
Há tantos velhos a padecer.
Milhões não sabem como escrever,
Milhões de olhos não sabem ler;
Nas trevas vivem sem perceber
Que são escravos de um outro ser.
Que estou fazendo se sou cristão,

....

Aos poderosos eu vou pregar,
Aos homens ricos vou proclamar
Que a injustiça é contra Deus
E a vil miséria insulta os céus.

Os mesmos princípios do Evangelho nos levam a olhar para a realidade de forma fraternal, solidária e comprometida. A pessoa cristã não pode pautar sua participação política apenas pela defesa de seus próprios interesses e facilidades, pois é esta a motivação principal da corrupção na participação política, que inicia na corrupção do voto, passa pela corrupção da representação política, e chega até a corrupção do serviço público.

O que deve pautar o exercício da responsabilidade cristã na participação política é o bem estar comum e, em especial a promoção de relações econômicas e sociais de justiça, dignidade e paz para todas as pessoas, priorizando aquelas que se encontram em situações desumanas ou de alta vulnerabilidade social e econômica.

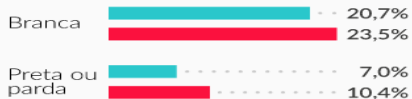
Quem seriam estas pessoas mais vulneráveis? Certamente aquelas mais afetadas pela partilha desigual da riqueza e das oportunidades. Vejamos como aparece esta realidade a partir dos recortes de gênero, raça e nível de renda.

A desigualdade de gênero no Brasil em 2016

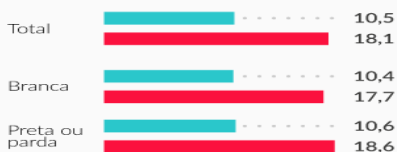
Taxa de frequência escolar no ensino médio:



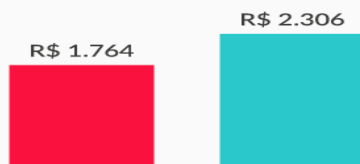
Proporção de adultos com ensino superior completo: (25 anos ou mais)



Tempo dedicado aos afazeres domésticos (em horas semanais)



Diferenças salariais (rendimento médio mensal)



Representação política na Câmara

10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados são ocupados por mulheres



Cargos de gerência nas empresas

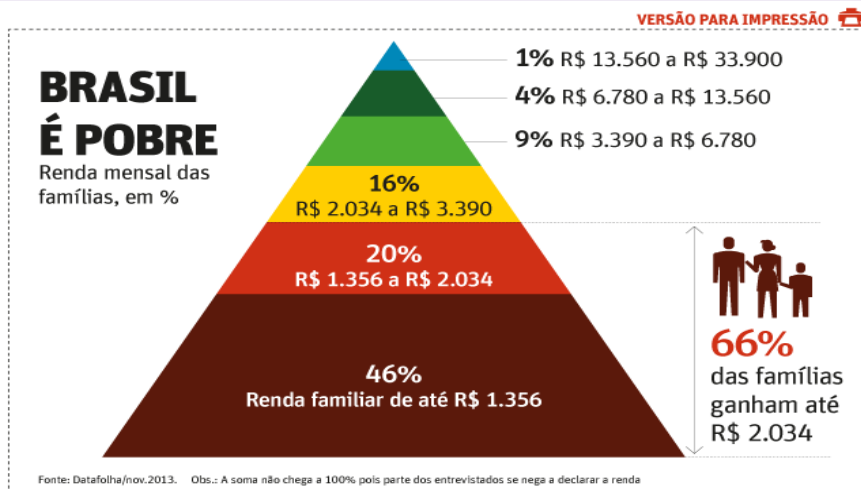
62,2% ocupados por homens × **37,8%** ocupados por mulheres



DESIGUALDADE RACIAL ENTRE PESSOAS NEGRAS E BRANCAS



DESIGUALDADE ECONÔMICA (acesso à riqueza, trabalho e bens)



A VIOLÊNCIA E AS DESIGUALDADES

Segundo O Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações coligidas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS). Isso representa a taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil.

Essa verdadeira epidemia de violência, que atinge todas as pessoas, mas mata seletivamente mais as que são negras, pobres, moradoras de periferias, jovens, LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Intersexo), mulheres. Esta seletividade é a chave para entender o caminho da sua superação. Vejam a opinião da socióloga Jacqueline Sinhoretto, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) publicada na “Gazeta do Povo”:

“Para a pesquisadora e socióloga Sinhoretto, os investimentos em segurança pública ocorrem de forma desigual nas cidades, o que explica a escalada de violência nas regiões mais pobres. “As políticas de prevenção à violência não chegam às áreas mais pobres, desde iluminação, transporte, espaços de lazer, sistemas de educação e saúde de qualidade. A própria distribuição territorial da polícia está muito mais concentrada em regiões da cidade onde existe mais riqueza e mais pressão política dos moradores para que seus próprios interesses sejam atendidos”, explica.

Além destes fatores de desigualdade, há outros, sendo o de mais destaque, a violência policial, o extermínio da juventude negra,

legitimado pelo o racismo institucional, a violência de gênero contra as mulheres e meninas e a LGBTI-fobia.

Vejamos o quadro dramático da violência seletiva no país que “insulta os céus”:

A violência letal contra jovens, os homicídios, segundo os dados do Atlas da Violência, respondem por 56,5% d a causa de óbito de homens entre 15 a 19 anos. Quando considerados os jovens entre 15 e 29 anos, observamos em 2016 uma taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 142,7, ou uma taxa de 280,6, se considerarmos apenas a subpopulação de homens jovens.

É gritante a desigualdade das mortes violentas por raça/cor no país, que se acentuou nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2%, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16%, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são negras.

A letalidade das polícias brasileiras, em 2017, foi responsável por 5.144 mortes em intervenções policiais. A cada dia 14 pessoas são mortas pela polícia. (Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018).

Em 2017 foram registrados 60.018. 221.238 registros de violência doméstica em 2017, lesão corporal dolosa, 606 por dia. (Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018).

TRÁGICO DE ARMAS, DROGAS, PESSOAS E GUERRAS NAS PERIFERIAS

Todos estes tipos de tráfico movimentam bilhões de reais por ano. Certamente as pessoas que lucram com eles são ricas, mas a repressão policial se concentra nas periferias das cidades onde são aliciados os chamados “soldados do tráfico” que fazem a intermediação entre os “empresários do tráfico” e o público consumidor, em sua maioria de classe média e que não mora nas periferias. As fronteiras, por onde entram as drogas e armas, e onde passam as pessoas traficadas, não tem equipamentos nem pessoal suficiente para uma efetiva fiscalização. Por outro lado, a “guerra ao tráfico” nas periferias faz cada vez mais vítimas entre a população local e não consegue diminuir os indicadores de violência. Para a pesquisadora Maria Lúcia Karam:

No Brasil, a taxa de homicídios é ainda superior à do México – aproximadamente 26 homicídios por cem mil habitantes. Grande parte desses homicídios está relacionada aos conflitos estabelecidos nas disputas pelo mercado posto na ilegalidade. Outra grande parte desses homicídios está relacionada à nociva e sanguinária política baseada na guerra. De um lado, policiais são autorizados, ensinados, adestrados e estimulados, formal ou informalmente, a praticar a violência contra os “inimigos” personificados nos “traficantes”. O “inimigo” é o “perigoso”, a “não pessoa”, o desprovido dos direitos reconhecidos apenas aos que se autointitulam “cidadãos de bem”. Como se espantar ou se indignar quando policiais cumprem o papel que lhes foi designado por esses “cidadãos de bem”? Quem atua em uma guerra, quem é encarregado de “combater” o “inimigo”, deve eliminá-lo. Jogados no front dessa insana guerra, policiais matam, mas também têm seu sangue derramado. Do outro lado, os ditos “inimigos” desempenham esse papel que lhes foi reservado. Também são ensinados, adestrados e estimulados

a serem cruéis. Empunhando metralhadoras, fuzis, granadas e outros instrumentos mortíferos disponibilizados pela guerra incentivadora da corrida armamentista, matam e morrem, envolvidos pela violência causada pela ilegalidade imposta ao mercado onde atuam (Fonte: <https://www.studentsforliberty.org/guerra-drogas-inconstitucional-ineficiente>).

Todos estes fatores de desigualdade vêm-se agravados por uma cultura de violência racial, de gênero e de orientação sexual que atinge a população negra, em especial sua juventude, a mulheres e meninas em seus próprios lares e nas ruas, assim como pessoas LGBTI que vivem na invisibilidade ou sentem-se desprovidas de dignidade diante da sociedade e do Estado.

SUGESTÃO PARA REFLEXÃO

- Quais propostas:
 - a) Aumentam a exclusão de gênero, raça ou que escondem a quem realmente serve um sistema que estimula a corrupção como forma de manter privilégios?
 - b) Defendem o combate a estas desigualdades e garantem o bem comum acima dos interesses das elites econômicas?
- A reforma trabalhista já aprovada, e o projeto de Reforma da Previdência que está em andamento, promoverão uma melhor distribuição de renda ou, muito mais, o enriquecimento de quem já controla a economia?

DESIGUALDADES, VIOLÊNCIA, CORRUPÇÃO X RESPONSABILIDADE CRISTÃ NA VIDA POLÍTICA (2ª parte)

COLETA PELA JUSTIÇA SOCIAL (p. 535 do Livro de Oração Comum)

Deus libertador,
socorre a quem sofre, até hoje,
perseguições étnicas e raciais;
dá-nos encorajamento para proclamar
o Evangelho da igualdade entre todos os povos
e anunciar que o Teu Filho veio ao mundo
por e para todas as pessoas,
amando-as sem distinção.
Em nome de Jesus Cristo, e
ntregamos nossa oração. AMÉM.

**A CORRUPÇÃO DO VOTO, DA REPRESENTAÇÃO E DO
SERVIÇO PÚBLICO EM UMA SOCIDADE DESIGUAL PELA
JUSTIÇA SOCIAL**

Corrupção política é aquela que desvia as pessoas do sentido do público e do bem estar comum. Esta corrupção se dá através da oferta ou tomada de bens e benefícios indevidos, ou não autorizados, por agentes públicos ou privados. Portanto, todas as pessoas que participam de um sistema político podem ser corruptoras e/ou

corrompidas. Acontece quando os partidos políticos, que deveriam defender projetos de sociedade para todas as pessoas, são criados ou usados, **com recursos para funcionarem** como “legendas de aluguel” em função de representantes dos interesses econômicos, políticos e sociais de quem detém o poder econômico, social e cultural.

Corrupção econômica é aquela que desvia recursos que deviam servir ao bem comum para servir a interesses particulares, seja isto feito por pessoas que trabalham nos serviços públicos, por pessoas particulares ou por corporações que participam da vida pública. É favorecida por um sistema eleitoral que exige grandes gastos de campanha, excluindo naturalmente as pessoas pobres, ou aquelas que não se submetam as exigências de seus **financiadores**. O financiamento de campanha vem direta ou indiretamente da elite econômica do país, que depois cobra fidelidade formando as chamadas “bancadas” para defender seus interesses e não o bem comum.

Corrupção social é aquela que se apropria do que é de todas as pessoas de uma sociedade para beneficiar apenas uma classe, etnia, gênero, etc. Ela acontece através de formas de preconceito e discriminação que excluem setores da sociedade do acesso aos serviços públicos ou as oportunidades de participação na vida econômica, política ou cultural. Acontece quando **a compra de votos ou financiamentos de campanha e outras vantagens oferecidas** fazem com que maioria da população seja ameaçada ou impedida de acessar os serviços básicos, ou os meios de produção econômica (terra, trabalho), ou os meios culturais (educação, comunicação, arte, expressão política), por aquelas pessoas que ditam as regras do sistema econômico (mercado), ou do sistema político (executivo, legislativo e judiciário).

Corrupção cultural é aquela que admite como naturais, costumeiros, ou tradicionais as práticas de prevalectimento, apropriação e desvio daquilo que é para o bem de todas as pessoas sem distinção. Ela estimula a prática da corrupção como relação natural afastando o sentido ético do bem comum das relações cotidianas, assim como das relações políticas, econômicas e sociais. Acontece quando, através da manutenção dos meios culturais como TV e outras mídias e da produção cultural (música, artes cênicas e visuais), mantidas nas mãos **das mesmas elites** que as usam para **excluir as expressões políticas, culturais ou artísticas** que sejam ameaças aos seus privilégios, ao tempo que estimulam **seus valores de consumo e de mercado** para toda a sociedade. Esta **corrupção** é a mesma que retira o **financiamento da educação pública, laica, gratuita e de qualidade** onde todas as pessoas tenham acesso.

Como afirma o cientista político Fernando Filgueiras: “mesmo tomando a premissa de que a corrupção faz parte da ordem política, a abordagem do fenômeno da corrupção deve estar atenta aos elementos fundacionais, aos elementos culturais, aos elementos sociais e aos elementos econômicos” (Corrupção na Política, perspectivas teóricas e metodológicas, p.21. Disponível em: <http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/cadernos/cadernos%205%20-%20Caderno%20Cedes%20Filgueras.pdf>).

Ainda a corrupção se apresenta em duas formas:

A corrupção passiva ocorre quando o agente público pede uma propina ou qualquer outra coisa para fazer ou deixar de fazer algo [...] Não importa que a outra parte dê o que é pedido pelo corrupto: o corrupto comete o crime a partir do momento que pede a coisa ou vantagem. A outra parte, inclusive, pode/deve chamar a polícia para prender o criminoso [...] Já a corrupção ativa ocorre quando alguém oferece alguma coisa (normalmente, mas não necessariamente, dinheiro ou um bem) para que um

agente público faça ou deixe de fazer algo que não deveria [...] Para que o crime esteja configurado, não importa que o agente aceite a propina (fonte: <http://direito.folha.uol.com.br/blog/corrupo-ativa-e-corrupo-passiva>).

Em uma sociedade onde prevalece o poder econômico do 1% e que mantém 99% como dependentes da riqueza que possuem, é quase impossível promover o bem comum quando vai contra o interesse da minoria rica, masculina e branca. Para manter estes privilégios utilizam-se dos meios econômicos, sociais, políticos e culturais que têm à sua disposição, promovendo assim a corrupção em todos estes níveis.

LEMBREMO-NOS



POR PROPOSTAS POLÍTICAS QUE DEFENDAM A DEMOCRACIA ALÉM DOS INTERESSES PARTIDÁRIOS

Tem surgido diferentes movimentos no Brasil que não são político partidários, e que tem buscado contribuir com uma proposta do que seria o bem comum e a manutenção do convívio democrático. Entre eles, no Rio Grande do Sul, surge o Movimento Democracia, Diálogo e Diversidade (M3D) que disponibilizou para nossa reflexão um decálogo de princípios a serem considerados:

1. Defender a democracia e o bem comum, acima dos interesses e paixões de indivíduos e grupos, respeitando a diversidade da sociedade.

2. Defender e promover o diálogo respeitoso entre os diferentes, incentivando a participação de todas as pessoas, sem manipulação ou repressão através do poder econômico, político, policial ou militar.

3. Defender o direito à diversidade de gênero, raça, etnia e nacionalidade, combatendo a impunidade de indivíduos e grupos que discriminam e praticam ações violentas e de extermínio.

4. Defender o direito inalienável à dignidade humana, à justiça e à paz, garantidas pelo sistema político democrático, com a aplicação das leis igualmente a todas as pessoas e o respeito às diferentes tradições religiosas.

5. Defender o direito de todas as pessoas de suprirem suas necessidades básicas e de usufruírem de momentos de lazer, participando, assim, dos benefícios da riqueza produzida por toda a sociedade.

6. Defender o respeito à Constituição Federal democraticamente proclamada, com vistas a promover o bem-estar, o bem-ver e a paz mundial.

7. Defender o direito de luta pela dignidade humana, pela justiça e pelo cumprimento das leis que garantem os direitos das pessoas socialmente excluídas e/ou vulneráveis.

8. Defender o o meio ambiente e a soberania nacional, com o uso sustentável das riquezas naturais do país em benefício de todo povo, sem a apropriação privada do patrimônio público.

9. Defender o amplo direito à informação e combater o monopólio dos meios de comunicação e a divulgação de notícias falsas, criadas para confundir o povo, destruir a imagem e a vida de pessoas e fazer coação política ou jurídica.

10. Defender e economia nacional produtiva e combater as políticas econômicas que estabelecem juros exorbitantes da dívida interna e externa, as quais escravizam e endividam o povo e comprometem as políticas sociais.

NOSSA FÉ E POLÍTICA

Afirmar que nossa fé é política, em especial, num ano eleitoral, é assumir a responsabilidade cristã de buscar plataformas políticas que assumam pautas que privilegiem as pessoas e as populações excluídas e marginalizadas, que têm suas vidas afetadas diretamente pelas decisões políticas assumidas pelos poderosos donos do dinheiro, que tratam as pessoas como mercadorias de suas ganâncias, e que compram pessoas que estão em postos de poder e decisão nos governos, nas assembleias legislativas, no senado, na presidência e nos tribunais.

Posicionemo-nos contra discursos inflamados e plataformas políticas que afirmam:

- A volta da ditadura militar;
- A redução da maioria penal;
- A pena de morte;
- O racismo como prática aceitável;
- O ódio às mulheres;
- A homofobia como prática justificada em nome dos bons costumes;
- Reforma trabalhista que fazem pessoas trabalhadoras perderem direitos duramente conquistados;
- O sucateamento da saúde pública e da educação;
- A entrega do Brasil aos donos do dinheiro internacional;
- Perda de direitos das pessoas e das comunidades indígenas e quilombolas.

SUGESTÃO PARA REFLEXÃO

1. Ouça as propostas apresentadas e separe aquelas que não correspondem a alguns ou todos estes princípios.
2. Concentre-se naquelas propostas que correspondem a todos ou a maior parte destes princípios e veja qual delas oferece mais garantias de que sejam realmente respeitados.
3. Liste as pessoas que representam as propostas selecionadas separando:
 - o Candidatura ao Governo Estadual;
 - o Candidatura a Deputado ou Deputada Estadual;
 - o Candidatura a Deputado ou Deputada Federal;
 - o Candidaturas ao Senado Federal;
 - o Candidatura à Vice-Presidência e Presidência da República.

(Se você tem dúvida sobre as funções de cada cargo político, um encontro específico ajudará a você e a outras pessoas que também têm dúvida. Dialogue com a sua liderança!).

4. Pense na forma de ajudar outras pessoas a perceberem o que há por trás de cada proposta e de cada candidatura, respeitando as opiniões que diferem da sua.